

LITERATURA

Mário de Carvalho”, in Maria de Fátima Marinho e Francisco Topa (coords.), *Literatura e História: Actas do Colóquio Internacional*, Vol. 2. Porto: Campo das Letras, pp. 231-241.

Stallybrass, Peter e Allon White. *The Politics and Poetics of Transgression*. Londres: Methuen, 1986.

Stam, R. *Subversive Pleasures: Bakhtin, Cultural Criticism, and Film*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Stewart, Marilyn. “Carnival and Don Quixote: The Folk Tradition of Comedy”, in Louis Cowan (ed.), *The Terrain of Comedy*. Dallas: Dallas Institute of Humanities, 1984, pp. 143-162.

Strohm, Paul. *Hochon’s Arrow: The Social Imagination of Fourteenth-Century Texts*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

Teixeira, Pe. Manuel. *Macau no Século XVIII*. Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1984.

-----, *Toponímia de Macau*, Vol. 2, Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997.

Tennenhouse, Leonard. *Power on Display: The Politics of Shakespeare’s Genres*. Nova Iorque: Methuen, 1986.

Vale, António Martins do. *Os Portugueses em Macau (1750-1800): Degredados, Ignorantes e Ambiciosos ou Fiéis Vassalos d’El-Rei?*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1997.

Véscio, Luiz Eugénio e Pedro Brum (orgs.). *Literatura e História*, São Paulo: EDUSC, 1999.

Vice, Sue. *Introducing Bakhtin*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

Vicks, Meghan Christine. *The Postmodern Oranus: Carnival and Abjection in Victor Pelevin’s Homo Zapiens*. Tese de Doutoramento, University of Colorado, 2007.

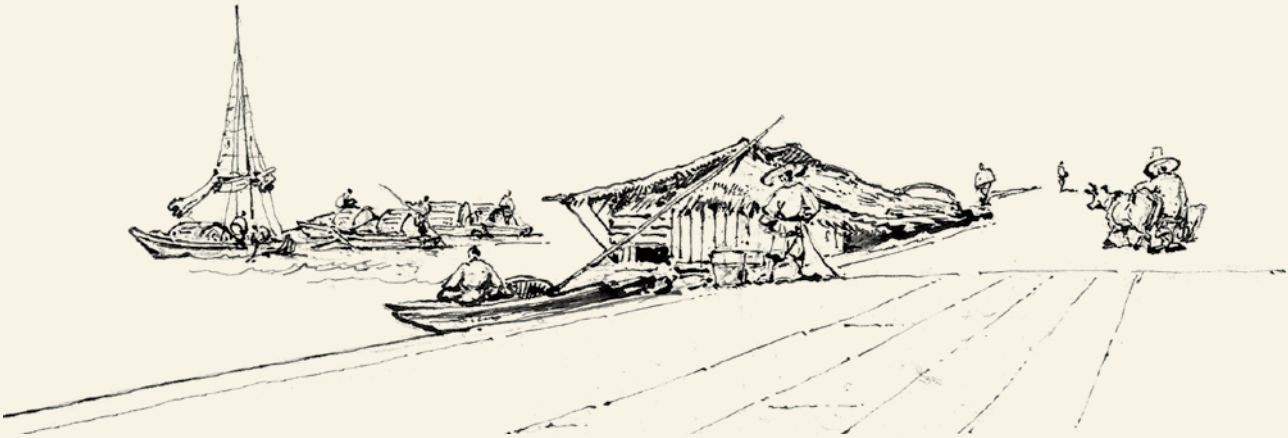
Wang, David Der-wei. *The Monster that Is History: History, Violence, and Fictional Writing in Twentieth-Century China*. Berkeley: University of California Press, 2004.

Young, Robert. “Back to Bakhtin.” *Cultural Critique*, Vol. 2, 1985-1986, pp. 71-92.

LITERATURE

Reflexões sobre Três Apólogos do Escritor Macaense José Baptista de Miranda e Lima

HÉLDER GARMES*



JOSÉ BAPTISTA DE MIRANDA E LIMA

O poeta macaense José Baptista de Miranda e Lima (1782-1848) regeu a cadeira de gramática portuguesa e latina no Real Colégio de S. José por praticamente toda sua vida. Também o seu pai, José dos Santos Baptista e Lima, natural de Leiria, já se estabelecera em Macau como professor régio de gramática latina, fazendo com que seja possível entrever a sólida formação em literatura e letras clássicas com que contou Miranda e Lima.

Segundo Francisco Inocêncio da Silva (1859-1958, t. iv, p. 259), o poeta teria sido perseguido pelos miguelistas e, portanto, seria um liberal. No entanto,

* Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, onde lecciona Literatura Portuguesa. É autor do livro *Romantismo Paulista* (2006), organizador do volume *Oriente, Engenho e Arte* (2004), entre outras obras. É coordenador do Grupo de Pesquisa Pensando Goa, ligado ao Laboratório de Interlocuções com a Ásia da Universidade de São Paulo.

Ph. D. in *Comparative Studies of Portuguese Language Literatures in from the University of São Paulo, where he lectures Portuguese Literature. He has published Romantismo Paulista (2006) and edited Oriente, engenho e arte (2004), among others works. He is the coordinator of the Thinking Goa Research Group, attached to the Laboratory of Interlocutions with Asia (University of São Paulo).*

J. M. da Silva e Sousa, citado por Manuel Teixeira (1942, p. 35), e mais recentemente Rafael Ávila de Azevedo atribuem convicções conservadoras ao poeta. Azevedo observa que

“Miranda de Lima foi considerado no seu tempo como uma das notabilidades macaenses. Todavia, tendo aderido à causa de D. Miguel, que desfrutou de muitos partidários em Macau, foi demitido do seu cargo docente com o triunfo das hostes liberais (1839), embora reintegrado alguns anos mais tarde (1843). Tanto pelas suas ideias políticas como pela sua vocação literária, Miranda e Lima foi em Macau um dos representantes do Portugal conservador e histórico que se sumiu nas trevas do passado com a aurora redentora do liberalismo.” (Azevedo, 1984, pp. 30-31)

Conta-nos Marques Pereira¹ que

“José Baptista publicou algumas poe sias em varios jornaes de Macau, e deixou por sua morte grande numero de manuscriptos, que soffreu aquella má sorte do descaminho. Não foi, porém, d’isto culpado seu filho, moço estudioso, residente na vizinha colonia de Hong Kong, e a quem poucos

LITERATURE



dias há me dirigir, pedindo-lhe informações de uns extensos e curiosos apontamentos que, me constava, seu pae tinha escripto acerca das relações dos portuguezes com a China, e que me poderiam servir de poderoso auxilio na empreza de que estou encarregado. Respondeu-me elle nomeando as pessoas ás quaes seu pae confiára os mesmos apontamentos, e d'estas algumas já hoje se acham d'aqui ausentes, e outras nem de tal se recordam. José Baptista era homem curioso, investigador e mui versado na leitura de auctores latinos e de classicos portuguezes. A circumstancia de nunca ter saído de Macau talvez lhe não permittiu alargar as idéas no ponto de vista, que aliás poderia attingir com o assiduo estudo a que se dava.

Exerceu por varias vezes o cargo de senador no tempo em que o leal senado empunhava as redeas da governança d'esta colonia [...]

Os macaistas apregoam com rasão o nome de José Baptista de Miranda e Lima como gloria da sua terra, que em verdade não tem havido mais pobre de homens, ou de escriptores que este titulo mereçam.” (Silva, 1859-1958, t. XII, p. 251)

Da sua obra, Inocêncio Francisco da Silva teria tido em mãos os versos *Alectorea: Poema sobre as galinhas*, publicados em Macau, na Tipografia Feliciano, de F. F. da Cruz, em 1838, escrito em sextilhas hendecassílabas rimadas. Inocêncio afirmou que não vira dessa obra mais que dois exemplares, “sendo um d'estes o que possui o sr. conservador da Bibl. Nacional Barbosa Marrecá” (Silva, 1859-1958, t. IV, p. 259). Montalto de Jesus (1990, p. 345, nota 211) observa que *Alectorea* foi republicado em Hong Kong em 1866, juntamente com outros poemas do escritor.

Brito Aranha (Silva, 1859-1958, t. XII, p. 251), na continuidade ao dicionário bibliográfico de Inocêncio, cita ainda as obras: *Santa Philomena (Poemeto)*,² fazendo notar que a edição estava esgotada, sendo rara mesmo em Macau; *Eustachio Magnanimo – Poema*, impresso na Tipografia Activa, de João José da Silva e Sousa, em 1844, também escrito em sextilhas hendecassílabas e, do mesmo modo, raro.

Na *Galeria de Macaenses Ilustres do Século Dezanove*, Manuel Teixeira (1942, pp. 19-78) reuniu a

maior parte dos trabalhos dispersos de Miranda e Lima. No que concerne à poesia, reproduziu primeiramente um poema sem título em homenagem ao governador Miguel de Arriaga Brum da Silveira, que extraiu da *Gazeta de Macau e Timor* de 1873.³ Também estampou dois poemas retirados do *Ta-ssi-yang-kuo* de 1889-1900: “Ajuste de casamento de Nhi Pancha cô Nhum Vicente” e “Dealogo entre 2 Pacatos Na Rua Direita Na Noite de 13 de Mayo de 1824”. O primeiro trata dos costumes quotidianos dos macaenses e o segundo, das disputas entre constitucionalistas e absolutistas. Ambos foram redigidos em patuá e em redondilha maior. Revelam um momento de adesão do poeta aos princípios românticos do verso garrettiano, com linguagem coloquial e tema popular. Ainda segundo Manuel Teixeira, tais versos foram escritas já na maturidade do poeta, isto é, na década de 1840.

Aqueles três trabalhos referidos no Dicionário de Inocêncio, juntamente com “Canção – O desengano”, foram também estampados no trabalho de Manuel Teixeira, que os retirou de uma edição em livro (contendo os quatro poemas) existente na Biblioteca Pública de Macau, observando ainda que o exemplar teve reimpressão na Tipografia Comercial, em Hong Kong, em 1866, como já observara Montalto. Somente o poema *Alectorea: Poema sobre as galinhas* não foi reproduzido integralmente por Manuel Teixeira, constando apenas um trecho do prólogo e as cinco primeiras estâncias.

Na edição que serviu de referência a Manuel Teixeira, como introdução aos poemas vinha um “Esboço da vida do autor destas poesias”, baseado na sucinta biografia que J. M. da Silva e Sousa havia estampado em seu periódico, *Impulso às Letras*, de Hong Kong, texto que também foi reproduzido por Manuel Teixeira. Teixeira ainda afirmou que no número 76 de *O Macaense*, de 13 de Junho de 1891, “foi publicada uma poesia até então inédita deste festejado poeta”, sem a reproduzir ou mesmo indicá-lhe o título.⁴

Em prosa, Manuel Teixeira reproduziu um pequeno livro intitulado *Maximas moraes e civis offerecidas aos jovens macaenses por ****, publicado em Macau em 1832, sendo a capa impressa e o corpo do texto manuscrito. O trabalho era atribuído a Miranda e Lima por José Maria Marques da Silva, que o tinha em seu poder. Era uma relação de máximas morais ao modo do receituário neoclássico e, ao mesmo tempo, cristão.

George Chinnery (1774-1852),
Igreja de S. Domingos com a Fortaleza do Monte ao fundo.
Sem data.
Cortesia da Martyn Gregory Gallery, Londres.

LITERATURA

LITERATURE

Mais recentemente, João C. Reis, nas suas *Trovas Macaenses* (1992), reproduziu trabalhos de Miranda e Lima, indicando ter utilizado como referência a obra de Manuel Teixeira. Em 1997,⁵ também publicamos alguns trabalhos de Miranda e Lima que se encontravam dispersos em periódicos macaenses presentes no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Constatamos que o escritor publicou anonimamente em *O Solitário na China* (1844-1845) os poemas “O desengano” – lido na Sociedade Filarmónica – e “A beleza”. Ali também aparece um poema sobre a figura do poeta, intitulado “O Solitário”.⁶ Já nas páginas de *O Procurador dos Macaístas* (1844-1855) toma-se conhecimento que Miranda e Lima foi secretário da Sociedade Filarmónica Macaense. A sociedade surgira por iniciativa da intelectualidade local e era mesmo o único lugar de convivência daqueles que pretendiam criar em Macau um meio propício para o cultivo das artes e das letras em língua portuguesa. Descreveu-se no artigo o primeiro concerto dado na Sociedade, realizado na noite de 4 de Setembro de 1845.

“Das sete para as oito horas começou a reunir-se a companhia; e ás 8¼ era já toda reunida em numero de noventa a cem pessoas, incluindo algumas trinta Senhoras. Deo-se então principio ao Concerto, que foi dividida [sic] em dois actos; no qual se executarão com felicidade oito pessas de musica vocal e instrumental, com o acompanhamento de grande or[c]hestra. Depois do primeiro acto servio-se o cha, e foi elle com bastante profusão: e proximadamente ao fim do segundo acto foi a companhia servida de magníficos gelados, que vierão muito a pello porque a noite estava assaz calmosa.”⁷

Em *O Procurador dos Macaístas*, José Baptista de Miranda e Lima publicou um Soneto (“Não temas, lyra minha, canta ousada”), assinando somente com as suas iniciais: J. B. M. e L. Vale, no entanto, observar que não acontecia aqui a estreia do nosso poeta na imprensa macaense. Miranda e Lima já havia publicado na década de 1830 vários textos seus no *Macaísta Imparcial*, assim como uma tradução de um conto em versos de Fedro, intitulado “Fabula - Um lobo, e um cordeiro”, uma epigrama sobre um retrato de um certo Colledge pintado por George Chinnery, assim como os três apólogos que pretendemos analisar aqui: “Apologo - O Elephante e os animais” (25 de Agosto de 1836); “Huma Velha, e hum Gato. Apologo” (13

de Fevereiro de 1837); e “Hum burro e hum porco – Apólogo” de (23 de Fevereiro de 1837).⁸

O apólogo é um género que se caracteriza por visar ao saber social ou moral, podendo recorrer tanto a personagens do mundo real ou do imaginário, seres animados ou inanimados. Fedro e Esopo são as grandes referências clássicas para o género. Como observa Carlos Ceia,⁹ o apólogo é facilmente confundido com a fábula, lembrando a formulação de Hegel, que o considera como uma espécie de parábola: “Pode-se considerar o apólogo como uma parábola que não utiliza apenas, e a título de analogia, um caso particular a fim de tornar perceptível uma significação geral de tal modo que ela fica realmente contida no caso particular que, no entanto, só é narrado a título de exemplo especial” (*Estética*, II, 2c [Lisboa: Guimarães Editores, 1993], p. 223, apud Ceia, *E-Dicionário de Termos Literários*).

No seu *Vocabulário portuguez e latino* (1712), Rafael Bluteau assim define o apólogo: “Especie de fabula moral, em que se introduzem animaes, arvores, e outras cousas inaninamas fallando, e dizendo cousas de que se pode tirar alguma doutrina” (Bluteau, 1721, p. 430).

Vale ainda lembrar Cândido Lusitano, pseudónimo de Francisco José Freire, autor da *Arte poética* (1759), que organizou e fundamentou as preceptivas dos poetas neoclássicos portugueses. Lusitano também elaborou um *Dicionário Poético*, em cujas páginas aparece o seguinte verbete:

“APOLOGO. Ficção fabula dialogistica. = Sabio, moral, judicioso, instructivo, exemplar, doutrinal, grave, douto, engenhoso, agudo, subtil, discreto, arguto, elegante, fingido, simulado, disfarçado, mascarado, Esopico.” (Lusitano, 2007, p. 146)

Em todas estas definições temos a ideia da efabulação de um episódio com o intuito de configurar algum conhecimento do mundo. Cândido Lusitano ressalta o carácter dialógico dos apólogos, possivelmente pensando nos *Apólogos Dialogais* (1721), de Francisco Manuel de Melo. Os apólogos em versos de Miranda e Lima têm natureza mais narrativa, ainda que a menção ao diálogo sempre apareça.

Tomemos agora os três apólogos escolhidos e procuraremos, após a sua leitura, interpretá-los no seu conjunto em diálogo com o contexto em que aparecem.

Apologo - O Elephante, e os animaes

Quando os brutos animaes
Por palavras se explicavão
Aos ouvidos do Elephante
Frequentes queixas chegavam.

Das abelhas diligentes
Contra os zangoens preguiçosos,
Dos favos feitos por ellas,
Roubadores astuciozos.

De innocentes cordeirinhos
Contra os lobos esfaimados,
Que procurão devora-los,
E as seus pays nos verdes prados.

Em fim cançado de ouvir
Estas queixas, e outras taes,
Convoca á sua presença
Toda a laya de animaes.

No valle, que designára
Toda a turba se presenta:
E elle benigno, e prudente
Com a tromba os comprimenta.

Vendo então todos attentos
Esperando o que diria;
Lhes dirige douta falla,
Que estudára para o dia.

Louva nella a doce paz,
A provada diligencia,
O coração bemfazejo,
A candida innocencia.

E sem personificar,
Vitupera a crueldade,
As mofas, a vil intriga,
E a torpe ociozidade.

Mas no meyo do discurso
Nota, que o gato se assanha.
Murmura o zangão, e a mosca,
Torce os olhos vil aranha;

Ergue o collo, esgrime a calda,
Silva raivosa a serpente,
Deixa o Tygre o auditorio,
E a cigarra impertinente.

Houve em fim tal reboliço,
Que assusta o manso cordeiro,
Que estava muito contente
Junto ao fiel perdigueiro,

De medrosa vôa a pomba,
Que o discurso alegre ouvia;
Mas dissimula a rapoza
O desgosto que sentia.

Então conclue seu discurso
O gigante das florestas
Sendo as ultimas palavras
Pouco mais, ou menos estas:

“Louvei mil prendas amaveis,
Sem nomear os prendados:
Vituperei as maldades,
Sem designar os malvados.

Porque pois contra o qu’eu disse
Tanta mofa, tal motim?
Porque tantas queixas ouço
De vós outros contra mim?

Certo, quem da minha falla
Se julga vituperado,
E se dá por offendido,
Se declara por culpado.”

(J. B. de Miranda e Lima,
O Macaísta Imparcial, 1836, 25 Ago., n.º 23, p. 94)

LITERATURA

LITERATURE

Aqui temos o elefante como o grande líder dos animais e grande sábio. Este elogia os animais cordatos e trabalhadores e condena os dissimulados, preguiçosos e traiçoeiros, sem nomear uns e outros, sendo que os últimos se sentem incomodados com as suas palavras. No final, conclui-se que aquele que age mal sente-se culpado com a simples menção aos seus actos.

Em “Huma velha e hum gato”, uma senhora cuida muito bem de um animal até que certo dia lhe dá umas palmadas por ter molhado a sua cama, sendo atacada pelo gato. O seu sobrinho chega naquele momento e mata o felino. É, então, repreendido pela velha, que observa ser a ingratidão um dos sentimentos mais comuns na nossa sociedade.



Huma Velha, e hum Gato. Apologo.

Huma velha encarquilhada
Criava com mimo hum gato,
Pois lhe dava de comer
Bons bocados do seu prato,
Catava-o todos os dias,
Deitava-o no seu estrado,
E o chamava com meiguices
O jasmim do seu agrado.
Até dizem, que o bichano,
Querendo jantar mais cedo,
Muitas vezes a deixara
Só com arroz e bredo.
E a velha por castiga-lo
Lhe dizia então: “Jasmim,
És muito esturdio ; jantaste
Sem te lembrares de mim?”
Mas hum dia, que ao deitar-se
Achou a cama molhada,
O agarrou pelo cachaço,
E lhe deo huma palmada,
Eis se assanha o papa-ratos,
As garras desembainha,

E dando horrendo miáo,
Co’a bemfeitora engalfinha.
Ella apenas diz: “Meu Jas...”
Antes, que diga “mim” cahe,
E dasmaiendo por medo,
Só pôde dar inda hum ai !
Ao funebre grito accode
Prompto hum sobrinho seu,
Que co’a tia meia morta
No chão estirada deo.
Como soldado, que era
Huma baoneta trazia.
Rapido puxa por ella
Mata o gato, livra a tia.
Ella então tornando a si
Deo hum gemido, e chorou:
E depois de alguns momentos,
N’estas palavras soltou:
“Meu sobrinho, muitas graças,
Pois me livraste do gato,
Mas despovôas o mundo,
Se matas, quanto he ingrato.”

(J. B. de Miranda e Lima,
O Macaísta Imparcial, 1837,13 Fev., n.º 72, p. 285)

O terceiro apólogo, “Hum burro, e hum porco”, focaliza a inveja que o burro tem da vida do porco, por este ser tratado com muitas regalias. No entanto, o destino do porco acaba

por ser a morte prematura, fazendo com que o burro reavalie a sua condição supostamente desprestigiada.



Hum burro e hum porco - Apologo

Hum burro, e hum porco moravão
Dentro d’hum mesmo quintal:
Este sempre regalado,
Aquelle passando mal.

Quem me déra, diz o asno,
A sorte d’este leitão:
Come arroz, come batatas,
Come couve com feijão.

Come até mais não poder;
Ao depois vai-se estirar,
Dorme, quanto muito quer,
Sem ninguem o incommodar.

Triste de mim, que me crião,
Só com palha, e agoa fria,
E com pancadas me obrigação
A trabalhar todo o dia.

D’esta sorte se queixava
O burro do seu destino,
Chamando ao porco feliz.
Chamando-se a si mofoino.

Quando entrava hum carniceiro
Com grande choupa na mão,
Seguido d’outro com raspa,
Taboleiro, e caldeirão.

Fita as orelhas e foge
O quadrupede orelhudo:
Vai-se esconder n’hum cantinho
Donde ao longe espreita tudo.

Vê que atirão sobre a taboa
O companheiro invejado,
Que em vão quer usar dos dentes,
Pois tem o focinho atado.

Eis que empulha o carniceiro
Larga choupa acicalada;
E alça o braço arregaçado
Para cravar-lhe a facada.

Cheio de horror vira as ancas
Pois não quer ver mais o burro,
E dando couces no chão,
Diz assim com triste zurro.

Antes trabalho de burro,
Mas continuar a viver,
Que passar vida de porco,
Mas como porco morrer.

(J. B. de Miranda Lima,
O Macaísta Imparcial, 1837, 23 Fev., n.º 75, p. 301)

LITERATURA

LITERATURE

Cada um desses apólogos sugere uma série de interpretações distintas, mas acreditamos que não incorremos em grande erro se afirmarmos que todos tratam de formas de viver melhor colectivamente: 1) agir adequadamente, para não se sentir culpado ou não ter ressentimento daquele que lhe aponta os erros; 2) perdoar os erros alheios quando não são tão graves ou entender que todos somos imperfeitos; 3) não se deixar iludir pelas aparências ou saber valorizar o que se é. Poderiam ser propostas outras interpretações, mas acreditamos que o campo semântico seria mais ou menos este. Na busca de uma leitura mais contextual para tais apólogos, voltemo-nos para o contexto macaense em que esses textos podem ganhar sentidos mais específicos, começando por lembrar o que diz Montalto de Jesus desse momento: “As reformas políticas em Portugal [o estabelecimento definitivo da monarquia liberal por D. Pedro IV] levaram a um novo regime colonial que, pelo decreto de 1834, foi adoptado para Macau tanto quanto as circunstâncias locais o permitiam. Entre outras medidas foi abolida a Ouvidoria; e a 22 de Fevereiro de 1835 o Senado foi dissolvido pelo novo governo, Bernardo José de Sousa Soares Andrea, investido de plenos poderes como governador civil. Daí em diante apenas competiriam ao Senado os assuntos municipais, embora ainda fosse chamado de Leal Senado. Assim terminou o velho regime senatorial que um eloquente apelo às cortes, em 1837, tentou em vão fazer reviver.” (Montalto de Jesus, 1990, p. 195) O apelo de que fala Montalto de Jesus é evidenciado algumas páginas antes no seu livro, ao relatar como os macaenses receberam a Revolução Liberal de 1820, cujo reacção é assim descrita: “Num eloquente apelo ao rei e às cortes, da pena de José Baptista de Miranda e Lima, Macau reclamou a restauração do velho regime senatorial adaptado aos princípios constitucionalistas; a dissolução do Batalhão do Príncipe Regente, criado em 1810, e a sua substituição por uma guarda municipal; a isenção de subsídios ao governo de Goa e Timor, para o tesouro da colónia; e o emprego de macaenses no serviço civil e militar da colónia – em sua, Macau para os macaenses.” (Montalto de Jesus, 1990, p. 189) Assim, temos um Miranda e Lima um dos

expoentes da reforma liberal em Macau, ainda que de um modo muito especial, isto é, procurando restaurar um modelo que vigorara na monarquia absolutista. Segundo José Vicente Serrão, no final do século XVIII, “... terminava o longo reinado de Qianlong (1736-1795), gerando grande desestabilização da situação no Império do Meio, marcada por crises políticas, agitação social e, no que mais directamente se prende a Macau, pelo recrudescimento da pirataria no delta do rio das Pérolas. Em Portugal, por seu turno, nascia finalmente (1783) um projecto para o chamado “estabelecimento de Macau”, que visava, por um lado, integrá-lo na economia do império, aproveitando a revitalização da rota (portuguesa) do Cabo, proporcionada pela conjuntura internacional de guerras, e por outro, submetê-lo a um controlo mais efectivo e a uma afirmação de soberania colonial.” (Serrão, 1998, p. 721) Como observa na sequência Serrão, o “estabelecimento de Macau” sofreu resistência por parte dos chineses, mas também por parte da elite local macaense, que desse modo perdia em autonomia. Era a retomada dessa autonomia que estava em questão na solicitação dos macaenses, redigida por Miranda e Lima, quando da emergência do liberalismo português. Apesar de Rafael Ávila de Azevedo, como vimos, considerar Miranda e Lima uma representante do pensamento conservador, o escritor parece ter estado ao lado do “partido” constitucionalista em Macau, para adoptarmos a designação de Serrão (1998, p. 738), que era a favor da Constituição e do regime senatorial, em oposição ao “partido” conservador, defensor do sistema político então vigente, tendo por chefe o ouvidor Miguel de Arriaga, a quem, no entanto, como vimos, Miranda e Lima dedica um poema. O facto é que tanto liberais quanto conservadores queriam a restauração dos poderes do Senado. As reformas liberais no âmbito da administração de Macau foram promulgadas em 31 de Janeiro de 1836, sendo que em Dezembro daquele ano Portugal decretava um novo regime de administração dos domínios ultramarinos, que só entraria em vigor, em Macau, em 1842. Nesse novo regime, Macau deixava de depender de Goa, mas passava a ser governado de perto pela metrópole, ficando a cargo do Senado apenas as atribuições de câmara municipal (cf. Serrão, 1998, p. 739).

O apólogo “O Elephante, e os animaes” foi publicado sete meses depois da promulgação do novo Código Administrativo de Macau e pode ser lido como uma condenação àqueles que agiam politicamente de forma inadequada para os interesses de Macau e se sentiam constrangidos quando eram denunciados, ainda que anonimamente, como seria o caso daqueles que eram coniventes com o novo Código Administrativo em detrimento dos poderes do Senado. Os apólogos “Huma Velha, e hum Gato” e “Hum burro e hum porco” foram publicados apenas dois meses depois da reforma administrativa dos domínios ultramarinos, que, por um lado tirava Macau da dependência de Goa, mas, em contrapartida, o colocava numa forte dependência em relação à metrópole portuguesa. O apólogo “Huma Velha, e hum Gato” pode ser lido como uma condenação dos macaenses contra aquilo que entendiam ser a ingratidão da metrópole em relação a trabalho do Leal Senado, que, por dois séculos e meio, conseguira equilibrar, com a sua política conciliatória, o difícil jogo de forças entre interesses chineses e portugueses (cf. Montalto de Jesus, 1990, p. 195). Vendo-se agora destituídos de autonomia, ressentiam-se com a ingratidão da metrópole, mas também não desejavam romper o seu vínculo com ela, isto é, não era razoável matar o gato. Nos versos de “Hum burro e hum porco” poderíamos também ler uma reflexão acerca das mudanças sofridas em Macau, cuja elite ficava a reclamar da falta de privilégios, sem perceber que era justamente esse lugar mais discreto que lhe garantia a sobrevivência na nova ordem impingida pelo Estado português. Também poderíamos ler aí a inveja dos macaenses em relação à actuação dos ingleses na China e ao avanço do tráfico de ópio que promoviam. Miranda e Lima veria ali uma perigosa armadilha para os ingleses, que seriam admitidos com certas regalias na costa chinesa até o momento em que a China lhes pudesse dar uma resposta à altura e expulsá-los definitivamente do território chinês. Vale lembrar que, em 1836, passou a ser proibido por completo, em Macau, o tráfico clandestino da droga, sob protestos dos funcionários da alfândega (Montalto de Jesus, 1990, p. 206). Miranda e Lima estaria a deixar claro que a estratégia portuguesa, de manter Macau numa situação menos rentável, mas mais estável, seria melhor que compartilhar com o comércio agressivo praticado pelos ingleses. O facto é que estes apólogos possivelmente podem ler lidos com mais propriedade dentro da

política e da vida intelectual mais comezinha de Macau, sobre as quais temos ainda hoje pouca informação. Parece estar aí a chave para a leitura de histórias tão edificadoras, isto é, há uma dimensão interpretativa muito peculiar para textos tão universais, que pode atribuir a esses textos sentidos bem mais interessantes que a dimensão de sabedoria popular que, de imediato, podemos deles depreender. De tudo que foi dito é possível inferir que a produção literária de Miranda e Lima seria marcada, politicamente, por um viés conservador no sentido de lutar pela autonomia do Leal Senado, mas compactuando também com os liberais, ao menos num primeiro momento. O modelo literário neoclássico por ele exercido aponta para a busca de formas consagradas, instituídas, unanimemente aceitas, deixando de lado a experimentação romântica que então vigorava na metrópole. Se, por um lado, essa busca vem esvaziar o valor transformador que sempre traz uma nova forma literária, por outro vem referendar a importância social e política da literatura em Macau, isto é, um espaço privilegiado de poder simbólico e político. Para poder participar do mundo literário de Miranda e Lima era necessário ultrapassar as seguintes barreiras: saber português, conhecer as regras de composição da literatura clássica e ter conhecimento dos problemas que afligem os chamados “homens bons” que formavam a elite macaense. Essa literatura se faz, portanto, como extremamente elitista e, em certo sentido, também inventiva, já que atribui estatuto literário à dinâmica política macaense. Faz o que as literaturas nacionais fizeram em relação às realidades políticas na qual emergiram – e ainda revitaliza e ressignifica o neoclassicismo português, propiciando novos sentidos e possibilidades para formas literárias já em desuso na metrópole portuguesa. A dimensão dialógica do apólogo, destacada por Cândido Lusitano, permitindo estabelecer diálogos inusitados entre pessoas, coisas, animais, parece-nos bastante importante no contexto macaense, na medida em que isso não se dava apenas interiormente aos textos, mas era uma prática constante entre poetas locais, que produziam poemas que dialogavam, quer em concordância, quer em disputa. A disputa e o antagonismo entre poetas é uma característica da literatura setecentista, mas esteve presente em Macau durante quase todo o século XIX. Assim como no século XVIII, os temas “mascarados” nesses poemas dizem respeito ao quotidiano

LITERATURA

LITERATURE

daqueles escritores, envolvidos que estavam em questões palacianas e políticas. No caso de Macau no século XIX, as questões eram somente de natureza política.

Na década de 1870, por exemplo, mais de duas décadas após a morte de Miranda e Lima, há um debate que envolveu a troca de diversos sonetos decassílabos e tomou vários números de *A Gazeta de Macau e Timor: Semanário Político, Literário e Noticioso* (20 Set. 1872-20 Mar. 1874). A *Gazeta* era impressa na Tipografia Mercantil, tendo por editor Francisco de Sousa Placé e por redactor Francisco Pedro Gastão Mesnier. Este era secretário particular do governador, visconde de S. Januário, e, portanto, era a *Gazeta* um periódico da situação.

Em 8 de Julho de 1873, o periódico publicou um soneto intitulado “Ao Egregio Advogado do Auditorio da Comarca de Macau o Illmo. Sr. Ephraim Manassés da Silva”, assinado por “Um Reinol” e com a notificação de ter sido composto “A proposito de uma correspondencia publicada por este sr. no Imparcial”. Este soneto daria lugar a um longo debate entre o grupo da *Gazeta de Macau e Timor* e o grupo de *O Imparcial* e *O Independente*. Eis o soneto:

Ao Egregio Advogado do Auditorio da Comarca de Macau
O Illmo. Sr. Ephraim Manassés da Silva

Não tenho por intento entrar na liça
Illustre Manassés enamorado,
Nem fui ao Mandovy, nem sou letrado,
E como bacalhau com hortaliça.

Tu empunhas o gladio da justiça
Em prol d’um pobre colie desancado,
E mostras entre lagrimas irado
O rosto da mulher que te enfeitiça:

Venho dar-te um conselho, meu rapaz,
Deixa que a Mamã proteja o chin,
Que eu conheço que tu és bem capaz

D’ir ter a Rilhafoles indo assim;
Consente que a syntaxe esteja em paz,
Namora e come arroz meu Ephraim.

Um Reinol

Não nos foi possível localizar qualquer exemplar de *O Imparcial* (5 Abr. 1873–?), que, segundo Teixeira (1965, p. 46), “durou pouco tempo”. Teve por colaboradores o advogado António Joaquim Bastos, o barão do Cercal, António Alexandrino de Melo, e o doutor Vicente de Paula Salatwichy Piter, sendo possivelmente um deles que criara o pseudónimo *Manassés*.

Da disputa, é possível inferir que a questão tratava da justiça referente aos chineses em Macau. O autor do poema acima transcrito, “Um Reinol”, defendia a não-intromissão em questões tão delicadas, enquanto o referido *Manassés* clamava por alguma forma de justiça não prevista nos códigos convencionais da cidade. De um lado, os reinóis (possivelmente Francisco Gastão Mesnier e Francisco de Sousa Placé, editores da *Gazeta de Macau e Timor*), sediados em Macau. Do outro lado, Ephraim Manassés da Silva (possivelmente António Joaquim Bastos, António Alexandrino de Melo ou Vicente de Paula Salatwichy Piter, de *O Imparcial*, ou ainda José da Silva, de *O Independente*), sediados em Hong Kong. A retórica neoclássica era empregada com desenvoltura e vigor, revitalizando a tendência estética ali consagrada por Miranda e Lima.

Podendo, portanto, estar integrados numa disputa política velada, como os sonetos do debate acima descrito, os apólogos de Miranda e Lima, tal como a fábula e a parábola, prestam-se a falar de forma velada sobre a realidade macaense, substituindo personagens reais por irreais e acções concretas e objectivas por máximas exemplares.

Para concluir, retomemos a fala do rei elefante, que, na antepenúltima estrofe do apólogo, apresenta a regra do jogo literário macaense oitocentista:

Louvei mil prendas amaveis,
Sem nomear os prendados:
Vituperei as maldades,
Sem designar os malvados.

A nós, leitores do século XXI da poesia de Miranda e Lima, resta desvendar os nomes dos “prendados” e dos “malvados” e reescrever a importância dessa poesia na história das literaturas de língua portuguesa. **RC**

NOTAS

- Na obra de Inocêncio não está especificado de qual dos Marques Pereira é o texto supracitado: de Feliciano António, de António Feliciano ou de João Feliciano – talvez deste último, que reeditou no final do século o *Ta-ssi-yang-kuo*.
- Teixeira (1892, pp. 58-66) reproduz o poema com o título de “Philomena Invicta”.
- Nos exemplares existentes na Biblioteca Nacional da *Gazeta de Macau e Timor* de 1873, que pude consultar, não foi possível localizar os versos reproduzidos por Manuel Teixeira.
- Por infelicidade, esse exemplar não consta entre os existentes no acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde foi feita a pesquisa de fontes para este trabalho.
- Cf. Garmes (1997), texto em que se faz um percurso pelos periódicos macaenses na busca da produção literária ali publicada entre as décadas de 1820 e 1870, sendo o presente trabalho devedor dos dados levantados naquela pesquisa, investindo, no entanto, numa abordagem mais analítica e focalizada na obra de Miranda e Lima.
- José Baptista de Miranda e Lima, “Canção - O desengano. Composta e recitada por Sr. Jose Baptista de Miranda e Lima. Na 2da. Reunião da Sociedade Philarmonica Macaense aos 18 de Setembro de 1845. E offercida á mesma Sociedade”, *O Solitário na China*, 1845, 29 Set., n.º 1, pp. 1-2; “Canção. A beleza”, *ibidem*, 24 Nov., n.º 9, p. 3; “O Solitário” [sobre José Baptista de Miranda e Lima], *ibidem*, 1845, 29 Set., n.º 1, p. 3.
- Francisco João Marques, “Sociedade Philarmonica Macaense”, *O Procurador dos Macaístas*, 1845, 8 Set., n.º 27, pp. 3-4.
- J. B. M. e L. “Soneto”, *O Procurador dos Macaístas*, 1944, 19 Dez., n.º 42, p. 4; “Fabula - Um lobo, e um cordeiro”, *O Macaísta Imparcial*, 1837, 9 Fev., n.º 71, p. 285; “Epigrama”, *ibidem*, 1838, 23 Mai., n.º 152, p. 190; “Apologo - O Elephante, e os animaes”, *ibidem*, 1836, 25 Ago., n.º 23, p. 94; “Huma Velha, e hum Gato - Apologo”, *ibidem*, 1837, 13 Fev., n.º 72, p. 290; “Hum burro e hum porco. Apologo”, *ibidem*, 1837, 23 Fev., n.º 75, p. 301.
- Conferir o verbete “Apólogo” em *E-Dicionário de Termos Literários*, de Carlos Ceia. In <http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/A/apologo.htm>. Acedido em 4 de Agosto de 2012.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Rafael Ávila de (1984). *A Influência da Cultura Portuguesa em Macau*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Bluteau, Raphael (1712). *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

Ceia, Carlos. *E-Dicionário de Termos Literários*. Acedido em 4 de Agosto de 2012. In <http://www.fcsh.unl.pt/invest/edtl/verbetes/A/apologo.htm>.

Garmes, Hélder (1998). “Poesia nas folhas de Macau: jornalismo e literatura”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 3, n.º 2, Out. 1997-Abril 1998, pp. 209-227.

Jesus, C. A. Montalto de (1990). *Macau Histórico*. Macau: Fundação Oriente. 1.ª ed. portuguesa da versão apreendida em 1926.

Lusitano, Cândido (2007). *Dicionário Poético*. Edição e estudo de Ana Clara dos Santos Correia. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Morais, Carlos Alexandre de (1997). *Cronologia Geral da Índia Portuguesa 1498-1962*. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa.

- A seguir, reproduzimos as referências à totalidade dos artigos que conseguimos identificar referentes a esse debate: Um Reinol, “Ao egregio advogado do auditorio da comarca de Macau o illmo. sr. Ephraim Manassés da Silva”, *Gazeta de Macau e Timor*, 1873, 8 Jul., n.º 42, p. 3; “Ao bem conhecido advogado Ephraim Manassés da Silva”, *ibidem*, 1873, 29 Jul., n.º 45, p. 2; O Reinol n. 1, “Ao Reinol (não cabelleireiro) distincto defensor do Manassés”, *ibidem*, 1873, 29 Jul., n.º 45, p. 2; O Reinol n. 1, “Ao reinol (não cabelleireiro) distincto defensor do Manassés”, *ibidem*, 1873, 5 Ago., n.º 46, p. 4; O Reinol n. 1, “Piparotes”, *ibidem*, 1873, 12 Ago., n.º 47, p. 3; Um reinol perdido da baralha, “Piparotes”, *ibidem*, 1873, 19 Ago., n.º 48, p. 3; Um reinol perdido na baralha, “Piparotes - Ao varonil Manassés cavalleiro andante”, *ibidem*, 1873, 26 Ago., n.º 49, p. 3; Reinol n. 1, “Ao reinol fraccionado”, *ibidem*, 1873, 26 Ago., n.º 49, p. 3; Reinol n. 1, “Ao engraçado reinol n. 3, mavioso pintasilgo e não entremettido (sic) conselheiro. Imitação”, *ibidem* 1873, 26 Ago., n.º 49, p. 3; Um reinol perdido da baralha, “Piparotes. II. Manassés Ovante”, *ibidem*, 1873, 2 Set., n.º 50, p. 4; Reinol n. 1, “Piparotes ao reinado da sandice. Poema em cantos por o Reinol n. 1”, *ibidem*, 1873, 9 Set., n.º 51, p. 1; “Piparotes. A transformação do Reinol n. 4, auctor dos versos seguintes: Esqueleto dentado e mal encrado / Como de D. Queixote o rocinante”, *ibidem*, 1873, 9 Set., n.º 51, pp. 2-3; O reinol perdido em baralha, “Ao orador A. B. (a escolher umavoz eloquente)”, *ibidem*, 1873, 9 Set., n.º 51, p. 3; O reinol perdido da baralha, “Piparotes. Ao grande chefe Zédasilva”, *ibidem*, 1873, 16 Set., n.º 52, p. 3; O reinol perdido na baralha, “Piparotes - Ao dramaturgo A. B. auctor da peça estupenda experimentada no teatro do Alôe”, *ibidem*, 1873, 23 Set., n.º 1, p. 3; Lecála, “Piparotes”, *ibidem*, 1873, 30 Set., n.º 2, p. 3; O reinol perdido na baralha, “Ao meu caro amigo A. B. Os parasitas”, *ibidem*, 1873, 30 Set., n.º 2, p. 3; Um reinol novo, “Piparotes”, *ibidem*, 1873, 7 Out., n.º 3, p. 2; O Reinol n. 1, “Adeus”, *ibidem*, 1873, 25 Nov., n.º 10, p. 1; João Macedo Fevereiro Fundão, “Piparotes - O Titane do partido desordeiro. Fragmento heroico achado na gruta de Camões”, *ibidem*, 1873, 16 Dez., n.º 13, p. 2; O perdido, “Piparotes - Um, pequeno, no responsavel pela versalhada que appareceu na folha obscena-burlesca ‘O Independente’”, *ibidem*, 1874, 20 Jan., n.º 18, p. 2.

Pires, Maria Lucília Gonçalves; Carvalho, José Adriano de (1997). *História Crítica da Literatura Portuguesa*, Vol. III – *Maneirismo e Barroco*. Dir. de Carlos Reis. Lisboa/São Paulo: Verbo.

Reis, João C. (1992). *Trovas Macaenses*. Macau: Mar-Oceano Editora.

Rodrigues, Antonio Simão, coord. (1996). *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Temas e Debates.

Serrão, João Vicente (1998). “Macau”. In Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, dir. *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. VII, *O Império Africano 1825-1890*, coord. de Valentim Alexandre e Jill Rosemary Dias: Editorial Estampa, pp. 719-765.

Silva, Francisco Inocêncio da (1859-1958). *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 23 tomos, t. 12.

Teixeira, Manuel (1942). *Galeria de Macaenses Ilustres do Século Dezanove*. Macau: Imprensa Nacional.

____ (1965). *Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo Oriente*. Macau: Notícias de Macau.